

26/07/2019 - 05:00

CVM abre processos contra diretor da Vale

Por **Juliana Schincariol**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu dois processos sancionadores que analisam a atuação do diretor-executivo de finanças e de relações com investidores da Vale, Luciano Siani Pires, na divulgação de informações ao mercado relacionadas aos desdobramentos do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), em janeiro. São as primeiras acusações formuladas pelo regulador do mercado de capitais desde que iniciou as investigações sobre o caso.

Os processos obtidos pelo **Valor** referem-se à instrução 358, que regula a divulgação de informações ao mercado. A CVM entende que nos dois casos as informações não foram divulgadas "de forma ampla e imediata" por Siani, único acusado. O executivo informou à CVM sua intenção de apresentar um acordo para encerrar os dois processos, o chamado termo de compromisso, mas ainda não há detalhes. Se for a julgamento, as penalidades previstas em lei incluem multa, advertência e inabilitação. Procurada, a Vale não comentou.

Um dos processos é referente à entrevista da Vale concedida a jornalistas em 12 de fevereiro às 15h, com o pregão ainda aberto. A Superintendência de Relações com Empresas (SEP), responsável pela acusação, entendeu que foram divulgadas informações relevantes. E o diretor "deveria ter divulgado fato relevante anterior ou simultaneamente à coletiva de imprensa, com o objetivo de mitigar assimetrias informacionais" nas negociações com ações da Vale.

Na entrevista, os executivos da mineradora contestaram que o rompimento da barragem ocorreu por causa do aumento dos níveis de água no reservatório, erro de leitura dos instrumentos de medição ou problema com as nascentes existentes nas proximidades ou a ocorrência de tremores de terra. Informaram, ainda, que houve um problema de configuração na automatização de 46 medidores de estabilidade, chamados de piezômetros, e não erro de leitura. Entre outras informações, foi pontuado que em outubro de 2018 um "painel de especialistas" concluiu que a barragem era "bem mantida, bem controlada e bem monitorada".

Para a acusação, os dados representaram interpretação técnica capaz de alterar o entendimento sobre o ocorrido em Brumadinho, conforme informado pelo próprio diretor-executivo no início da entrevista.

Desde o rompimento da barragem, a Vale publicou 30 fatos relevantes e 40 comunicados ao mercado relacionados ao assunto. Somente em janeiro, mês da tragédia, foram oito fatos relevantes e sete comunicados. A defesa de Siani apontou que mesmo tendo divulgadas várias informações sobre os acontecimentos em Brumadinho, a empresa observou que muitas notícias eram publicadas de forma "desconexa e/ou descontextualizada" e decidiu convocar a entrevista, em horário condizente com a rotina das redações. Não houve intenção de divulgar 'novas informações' ou informações relevantes, uma vez que grande parte dos dados já havia sido divulgada.

A empresa disse ainda que a oscilação dos papéis em 12 de fevereiro começou horas antes da entrevista. A área técnica da CVM apontou que a ação ordinária subia 1% na manhã naquele dia. Com a realização da coletiva, o papel encerrou o dia em alta de 5,43%.

No outro processo, a CVM analisa notícias na imprensa sobre um comunicado interno da Vale que informava a interrupção de parte das atividades na mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG). Isso ocorreu após liminar que proibiu a deposição de rejeitos na barragem de Laranjeiras. O comunicado interno da Vale teria sido divulgado num sábado, 2 de fevereiro, e as notícias foram publicadas na segunda-feira seguinte, pressionando as ações da mineradora. Neste mesmo dia, por volta de 15h, a Vale divulgou fato relevante com as informações. Para a acusação, a administração não teria como manter o controle da informação após a divulgação de um comunicado interno "para um conjunto amplo e irrestrito de colaboradores". A SEP disse ainda que as notícias confirmaram que a informação escapou de controle e que no pregão de segunda-feira agentes do mercado operavam em "assimetria informacional".

A defesa de Siani alega que o comunicado interno foi enviado para um grupo restrito de empregados da mina, e não para todos os funcionários ou pessoas de fora da Vale. E divulgou informações ao mercado assim que tomou conhecimento do vazamento da informação. Antes das notícias, a mineradora não tinha indício de vazamento. Também argumenta que executivo agiu de boa-fé e houve um erro de interpretação da acusação sobre as pessoas que obtiveram a informação.

Os trabalhos da autoridade do mercado de capitais sobre o rompimento da barragem em Brumadinho incluem investigações sobre a conduta individual dos executivos e conselheiros da empresa. Conforme o **Valor** noticiou em fevereiro, a autarquia vai avaliar se foram diligentes com a questão da barragem antes da catástrofe.